

Notícias do dia 01 de maio



**TRIBUNAL DE CONTAS**  
DO ESTADO DE GOIÁS

# Em 10 anos, Alego ameaçou extinguir TCM de Goiás por cinco vezes

**Fabiana Pulcineli**

A estratégia se repetiu por cinco vezes nos últimos dez anos: de olho em indicação para o cargo vitalício de **conselheiro** e diante de resistência para aposentadoria, deputados ameaçam extinguir o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO). Desta vez, os dois lados esticam a corda e a pressão foi mais longe. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que põe fim ao tribunal foi apresentada na terça-feira (27) na Assembleia Legislativa (**Alego**) pelo deputado Henrique Arantes (MDB), com respaldo de outros 25 parlamentares, e não surtiu efeitos esperados até agora, o que fez crescer o alerta do risco efetivo de extinção.

Das últimas cinco indicações de conselheiros, apenas um não havia sido deputado estadual. O próximo da fila seria mais um parlamentar: Humberto Aidar (MDB), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da **Alego**. Mas no meio do caminho tinha o ex-deputado Nilo Resende, apto a se aposentar, porém que resiste a deixar a vaga no tribunal. Ele faz 62 anos neste domingo e pode continuar no cargo até 75, quando há aposentadoria compulsória.

Passado o impacto inicial da proposta e o aumento da pressão sobre Nilo esta semana, o **conselheiro** mantém a posição e até tem evitado contatos. O presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), garante que não haverá recuo, embora as apostas sejam de que haveria reversão se Nilo aceitasse sair.

Mobilizações estão sendo preparadas para a próxima semana para tentar sensibilizar o **conselheiro**. Servidores efetivos e comissionados planejam protestos; conselheiros buscam apoios públicos; entidades que representam prefeitos se posicionam contra e o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** deve manifestar que é desfavorável à proposta. Segundo a PEC, o **TCE-GO** assumirá as atribuições do TCM e abrigará o pessoal da ativa e inativos, recebendo o orçamento do tribunal.

Nos bastidores, as negociações pela aposentadoria antecipada de conselheiros envolvem bases eleitorais, oferta de cargos e outros agrados. Aidar e aliados teriam oferecido apoios para as eleições de 2022 que garantiriam a volta de Nilo à Assembleia. Ele teria dito que poderia esperar até o ano que vem, o que deixou impacientes os interlocutores. Alguns têm afirmado que "não tem mais conversa" com o ex-deputado.

A reportagem tentou contato com o **conselheiro** nos últimos três dias, mas não conseguiu ouvi-lo. Ontem, o celular estava desligado.

Com orçamento de R\$ 216 milhões este ano e salários de R\$ 40 mil em média para os conselheiros - R\$ 35,4 mil de remuneração básica mais gratificações -, o TCM-GO é responsável pelo julgamento de pareceres prévios das contas dos municípios.

O principal argumento de quem defende a extinção é de que restam TCMs apenas na Bahia e no Pará, além de **Goiás**. No Ceará houve a extinção em 2017, com respaldo do Supremo Tribunal Federal. A PEC de Henrique Arantes, inclusive, copia todos os termos da proposta de lá. A redução de custos também é uma das justificativas mais citadas (veja quadro).

Equívoco

Em nota, a direção do TCM-GO afirma que o tribunal "não é ineficiente nem caro" e que o custo não chega a meio por cento do orçamento do Estado. O presidente Joaquim de Castro não quis falar sobre o imbróglio. Nos bastidores, a informação é de que ele tem mantido conversas com os deputados e não quer acirrar mais os ânimos.

A nota diz que o tribunal julgou 10.393 processos em 2020 de 2.080 unidades fiscalizadas, com 458

servidores ativos, entre efetivos e comissionados. "A relação é de 0,22 servidor por unidade fiscalizada. A propalada redução de custo seria pífia. A solução de continuidade seria gigantesca e danosa à sociedade", diz, para completar: "O TCM-GO considera o projeto um grande equívoco e espera que os deputados possam repensar a posição, levando em conta todos os critérios técnicos que precisam ser observados".

Em 1997, tribunal foi recriado 55 dias depois de ser extinto

O Tribunal de Contas dos Municípios de **Goiás** (TCM-GO) chegou a ser extinto na década de 1990, por proposta do ex-governador Maguito Vilela, mas foi recriado menos de dois meses depois. Na época, além de insatisfação de políticos que haviam sido alvos de processos no tribunal, havia um movimento de cobrança de transparência sobre a folha e contratações do órgão.

O POPULAR fez reportagens na ocasião ao ter acesso a casos de nepotismo e altos salários do TCM-GO. A Proposta de Emenda à Constituição apresentada por Maguito foi aprovada em setembro de 1997, mas as reações foram intensas: houve ações de inconstitucionalidade na Justiça e recusa do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** em receber servidores do TCM-GO.

Após 55 dias, a Assembleia Legislativa aprovou uma nova PEC do então deputado Ibsen de Castro recriando o TCM-GO. No mês seguinte, em dezembro de 1997, a Assembleia indicou Jossivani de Oliveira como **conselheiro**. Três meses depois foi o próprio Maguito que indicou mais um **conselheiro**, Agenor Rezende.

Outros governadores também atuaram nas pressões sobre o tribunal. Embora o governador Ronaldo Caiado (DEM) afirme que a discussão é de responsabilidade da Assembleia, nos bastidores ele apoia a PEC de Henrique Arantes, tanto por ser favorável à indicação de Humberto Aidar (MDB) como também por insatisfações com conselheiros mais ligados ao ex-governador Marconi Perillo (PSDB), incluindo Nilo Resende e o cunhado do tucano, Sérgio Cardoso.

Marconi também havia liderado movimentos de ameaça à extinção do tribunal em articulações para indicar novos conselheiros. Mas conseguiu êxito nas negociações sem chegar à proposta de PEC.

Deputados que foram alvos de ações no tribunal ou tiveram aliados contrariados por decisões na Corte também costumam fazer discursos em plenário pelo fim do TCM-GO.

O único ensaio de discussão técnica de extinção do tribunal ocorreu nos estudos de medidas de ajuste feitos na passagem de Ana Carla Abrão pela Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), de 2015 a 2017. Com a forte reação contrária, a ideia não chegou a avançar. A intenção era medir a possível economia e avaliar os outros Estados que extinguíram os tribunais.

**Site:** <https://www.opopular.com.br/digital/01-maio-2021/1o-caderno>

# Em 10 anos, Alego ameaçou extinguir TCM de Goiás por cinco vezes

A estratégia se repetiu por cinco vezes nos últimos dez anos: de olho em indicação para o cargo vitalício de **conselheiro** e diante de resistência para aposentadoria, deputados ameaçam extinguir o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM-GO). Desta vez, os dois lados esticam a corda e a pressão foi mais longe. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que põe fim ao tribunal foi apresentada na terça-feira (27) na Assembleia Legislativa (**Alego**) pelo deputado Henrique Arantes (MDB), com respaldo de outros 25 parlamentares, e não surtiu efeitos esperados até agora, o que fez crescer o alerta do risco efetivo de extinção.

Das últimas cinco indicações de conselheiros, apenas um não havia sido deputado estadual. O próximo da fila seria mais um parlamentar: Humberto Aidar (MDB), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da **Alego**. Mas no meio do caminho tinha o ex-deputado Nilo Resende, apto a se aposentar, porém que resiste a deixar a vaga no tribunal. Ele faz 62 anos neste domingo e pode continuar no cargo até 75, quando há aposentadoria compulsória.

Passado o impacto inicial da proposta e o aumento da pressão sobre Nilo esta semana, o **conselheiro** mantém a posição e até tem evitado contatos. O presidente da Assembleia, Lissauer Vieira (PSB), garante que não haverá recuo, embora as apostas sejam de que haveria reversão se Nilo aceitasse sair.

Mobilizações estão sendo preparadas para a próxima semana para tentar sensibilizar o **conselheiro**. Servidores efetivos e comissionados planejam protestos; conselheiros buscam apoios públicos; entidades que representam prefeitos se posicionam contra e o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** deve manifestar que é desfavorável à proposta. Segundo a PEC, o **TCE-GO** assumirá as atribuições do TCM e abrigará o pessoal da ativa e inativos, recebendo o orçamento do tribunal.

Nos bastidores, as negociações pela aposentadoria antecipada de conselheiros envolvem bases eleitorais, oferta de cargos e outros agrados. Aidar e aliados teriam oferecido apoios para as eleições de 2022 que garantiriam a volta de Nilo à Assembleia. Ele teria dito que poderia esperar até o ano que vem, o que deixou impacientes os interlocutores. Alguns têm afirmado que "não tem mais conversa" com o ex-deputado.

A reportagem tentou contato com o **conselheiro** nos últimos três dias, mas não conseguiu ouvi-lo. Ontem, o celular estava desligado.

Com orçamento de R\$ 216 milhões este ano e salários de R\$ 40 mil em média para os conselheiros - R\$ 35,4 mil de remuneração básica mais gratificações -, o TCM-GO é responsável pelo julgamento de pareceres prévios das contas dos municípios.

O principal argumento de quem defende a extinção é de que restam TCMs apenas na Bahia e no Pará, além de **Goiás**. No Ceará houve a extinção em 2017, com respaldo do Supremo Tribunal Federal. A PEC de Henrique Arantes, inclusive, copia todos os termos da proposta de lá. A redução de custos também é uma das justificativas mais citadas (veja quadro).

## Equívoco

Em nota, a direção do TCM-GO afirma que o tribunal "não é ineficiente nem caro" e que o custo não chega a meio por cento do orçamento do Estado. O presidente Joaquim de Castro não quis falar sobre o imbróglio. Nos bastidores, a informação é de que ele tem mantido conversas com os deputados e não quer acirrar mais os ânimos.

A nota diz que o tribunal julgou 10.393 processos em 2020 de 2.080 unidades fiscalizadas, com 458 servidores ativos, entre efetivos e comissionados. "A relação é de 0,22 servidor por unidade fiscalizada. A propalada redução de custo seria pífia. A solução de continuidade seria gigantesca e danosa à sociedade",

diz, para completar: "O TCM-GO considera o projeto um grande equívoco e espera que os deputados possam repensar a posição, levando em conta todos os critérios técnicos que precisam ser observados".

Em 1997, tribunal foi recriado 55 dias depois de ser extinto

O Tribunal de Contas dos Municípios de **Goiás** (TCM-GO) chegou a ser extinto na década de 1990, por proposta do ex-governador Maguito Vilela, mas foi recriado menos de dois meses depois. Na época, além de insatisfação de políticos que haviam sido alvos de processos no tribunal, havia um movimento de cobrança de transparência sobre a folha e contratações do órgão.

O POPULAR fez reportagens na ocasião ao ter acesso a casos de nepotismo e altos salários do TCM-GO. A Proposta de Emenda à Constituição apresentada por Maguito foi aprovada em setembro de 1997, mas as reações foram intensas: houve ações de inconstitucionalidade na Justiça e recusa do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** em receber servidores do TCM-GO.

Após 55 dias, a Assembleia Legislativa aprovou uma nova PEC do então deputado Ibsen de Castro recriando o TCM-GO. No mês seguinte, em dezembro de 1997, a Assembleia indicou Jossivani de Oliveira como **conselheiro**. Três meses depois foi o próprio Maguito que indicou mais um **conselheiro**, Agenor Rezende.

Outros governadores também atuaram nas pressões sobre o tribunal. Embora o governador Ronaldo Caiado (DEM) afirme que a discussão é de responsabilidade da Assembleia, nos bastidores ele apoia a PEC de Henrique Arantes, tanto por ser favorável à indicação de Humberto Aidar (MDB) como também por insatisfações com conselheiros mais ligados ao ex-governador Marconi Perillo (PSDB), incluindo Nilo Resende e o cunhado do tucano, Sérgio Cardoso.

Marconi também havia liderado movimentos de ameaça à extinção do tribunal em articulações para indicar novos conselheiros. Mas conseguiu êxito nas negociações sem chegar à proposta de PEC.

Deputados que foram alvos de ações no tribunal ou tiveram aliados contrariados por decisões na Corte também costumam fazer discursos em plenário pelo fim do TCM-GO.

O único ensaio de discussão técnica de extinção do tribunal ocorreu nos estudos de medidas de ajuste feitos na passagem de Ana Carla Abrão pela Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz), de 2015 a 2017. Com a forte reação contrária, a ideia não chegou a avançar. A intenção era medir a possível economia e avaliar os outros Estados que extinguiram os tribunais.

**Site: <https://www.opopular.com.br/noticias/politica/em-10-anos-alego-amea%C3%A7ou-extinguir-tcm-de-goi%C3%A1s-por-cinco-vezes-1.2242978>**